

## A HERANÇA FAMILIAR NA POLÍTICA PARTIDÁRIA: NARRATIVAS DE MULHERES PREFEITAS DA PARAÍBA

Cosma Ribeiro de Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo faz uma discussão sobre as narrativas de prefeitas paraibanas, em que evidenciamos a herança familiar como um condicionante para a participação delas na política partidária. Para isso, a discussão sobre o familismo na política e as estratégias de poder foram de fundamental importância para entendermos as percepções das prefeitas sobre a política. O entendimento sobre as experiências destas mulheres nos leva a crer que a maioria alcançou a gestão municipal graças à herança do poder familiar. O percurso metodológico utilizado se vale da pesquisa de campo, onde quatro prefeitas foram entrevistadas no ano de 2015. A abordagem de pesquisa abrange uma análise qualitativa. O resultado da pesquisa nos faz entender que a herança familiar é uma estratégia dos grupos dominantes para a manutenção do poder político partidário, onde as mulheres também fazem parte de tais táticas como uma peça importante para o continuísmo do poder de família na política.

**Palavras chave:** Herança familiar. Mulheres políticas. Paraíba.

## FAMILY HERITAGE IN PARTY POLITICS: NARRATIVES OF WOMEN WHO REACHED CITY HALL IN PARAÍBA

**Abstract:** This article discusses the narratives of female mayors from Paraíba, in which we highlight family heritage as a condition for their participation in party politics. The discussion about familism in politics and power strategies was of fundamental importance to understanding the perceptions of female mayors about politics. Understanding these women's experiences leads us to believe that the majority achieved municipal management thanks to the inheritance of family power. The methodological path is based on field research, where some female mayors were interviewed. The research approach encompasses a qualitative analysis. The result of the study makes us understand that family inheritance is a strategy of dominant groups to maintain party political power, where women are also part of such tactics as an essential piece for the continuity of family power in politics.

**Keywords:** Family heritage. Political women. Paraíba.

### Introdução:

Este artigo reflete narrativas de prefeitas paraibanas sobre suas participações na política, em que evidenciamos a herança familiar como um condicionante para a participação delas na política partidária. Entendemos que, assim como em todo território brasileiro, na

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Contato: [cosma\\_almeida@yahoo.com.br](mailto:cosma_almeida@yahoo.com.br)

Paraíba os grupos de família dominam a política local e faz do nepotismo um processo natural neste campo de poder.

É sabido que a entrada das mulheres na política partidária sempre foi um desafio, pois além da cultura do mundo privado às quais se dedicaram, entenderam que a vida pública estaria para os homens. Mas, por outro lado, como afirma o professor e pesquisador Ricardo Costa Oliveira (2016, p. 13) “(...) as mulheres estão em todos os lados, atrás, do lado e muitas vezes na frente da estratégia social dos emergentes e dos novos atores econômicos e políticos”. Foram elas também responsáveis pelas articulações políticas no interior dos Estados, apesar de não serem as protagonistas muitas vezes.

O percurso metodológico utilizado se vale da pesquisa de campo, onde entrevistamos cinco prefeitas em 2015. Mas aqui refletimos sobre a narrativa de quatro prefeitas, sendo três reeleitas e uma eleita em 2012. A abordagem de pesquisa foi de tipo qualitativa, em que os valores da cultura, a moral e as visões de mundo das entrevistadas foram de suma importância para o entendimento das percepções delas enquanto gestoras municipais e agentes na construção do espaço social e político das cidades onde atuaram.

“Todavia construir um objeto científico é, antes de mais e, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa (BOURDIEU, 2011, p. 34).

De acordo com Pierre Bourdieu (2011) o objeto de estudo construído pelo sociólogo ou qualquer outro pensador não pode ficar condenado a um estado impensável, pois o mundo social constrói sua representação. E o investigador precisa estar atento porque ele está imerso na realidade que investiga e precisa romper com isto. Assim, a principal ferramenta de ruptura para se começar a entender a realidade é investigar a história social dos problemas.

Neste sentido, as prefeitas entrevistadas e que estão no campo desta análise são: Pollyana Yasnaia Werthon Feitosa (PT), prefeita reeleita da cidade de Pombal; Euda Fabiana de Farias Palmeira Venâncio (PMDB), prefeita reeleita da cidade de Cuité; Ednacê Alves Silvestre Henrique (PSDB), prefeita reeleita da cidade de Monteiro; e Rosângela de Fátima

Leite (PSD), prefeita eleita na cidade de Desterro. À época da entrevista, estes foram os partidos aos quais estavam filiadas.

A reflexão sobre a herança familiar está relacionada ao engajamento das mulheres na política. As narrativas e experiências delas nos leva a crer que a maioria alcançou a gestão municipal graças ao familismo. O resultado desta reflexão nos faz entender que tal herança é uma estratégia cultural dos grupos políticos para a manutenção do poder político partidário nas regiões onde atuam. Diante disto, não temos a pretensão de finalizar o raciocínio aqui, pois ainda há muito de se estudar e verificar sobre a herança de família no interior da Paraíba.

### **Apontamentos sobre a herança familiar na política partidária**

Fazer parte de famílias com tradição política partidária é uma excelente passagem para o negócio da prática política no Brasil. A estratégia da permanência no poder está cada vez mais incluindo mulheres para ocupar cargos políticos, a fim de que o grupo não perca suas forças tradicionais na região. “O papel social, cultural e político das mulheres na formação e reprodução das alianças entre os novos atores, novos homens e as velhas famílias é questão bastante interessante na investigação empírica da história das famílias de elite e suas genealogias no Brasil” (OLIVEIRA, 2016, p. 14).

É necessário questionar sobre esta prática, tendo em vista que os grupos políticos que comandam cada região do Brasil é uma realidade secular. Esta realidade além de impedir oportunidades democráticas de direitos iguais, cravam na sociedade uma extrema violência, tanto física, moral, como simbólica.

O *capital político familiar* discutido por José Marciano (2016) está relacionado às operações sociais que envolvem os “nomes de família”, numa relação de violência simbólica. Ora, o processo histórico da dominação através do nome de família e da força ideológica que carrega durante gerações se institucionaliza e legitima tal poderio na sociedade.

(...) Nascer nessas famílias, em sociedades recortadas pelas desigualdades, é possuir um distintivo a mais. É pertencer a uma certa nobreza conferida pelo nome e reconhecida socialmente. É descobrir que são sujeitos dotados de privilégios (MONTEIRO, 2016, p.78).

Na Paraíba muitas mulheres que chegam à gestão municipal o conseguiram pela força da herança familiar. Não pretendemos desprezar aqui a capacidade destas mulheres de concorrer a um cargo público, nem de discutir sobre propostas sociais, políticas, econômicas e culturais. Mas, a assertiva aqui se dá pelos pressupostos que observamos nas próprias narrativas destas prefeitas, que uma vez indagadas sobre suas percepções em relação à política partidária, afirmam uma ligação imprescindível com parentes políticos e que “graças a eles” entraram na política. O que deixa transparecer que a relação de parentesco é de suma importância para a conquista delas no espaço público.

De acordo com José Marciano (2016, p. 30):

Famílias políticas são aquelas que ocupam cargos públicos eletivos e de representação e cargos de comando há mais de meio século no Estado. Trata – se daquelas famílias cujos pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o nome de família, associados a outros capitais herdados, passam a ocupar posições dominantes no campo político, jurídico e econômico do Estado. São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias. São agentes que possuem sua origem social em espaços políticos e que, desde a infância, foram socializados para o exercício da vida política como se natural fosse ser o herdeiro político responsável pela continuidade da linhagem.

Veremos alguns dos herdeiros e herdeiras de famílias políticas no estado da Paraíba que dominam suas regiões locais e têm um determinado poder há décadas, controlando e ditando as regras do jogo político municipal.

Euda Fabiana de Farias Palmeira Venâncio, 51, à época da reeleição em 2012 se candidatou pelo PMDB na cidade de Cuité – PB<sup>2</sup>. A linhagem política de Euda Fabiana tem existência desde o século XIX. Bisneta do capitão João Venâncio, filha de Gentil Venâncio, um ex-vereador (1969 – 1972) e vice-prefeito (1968 – 1969) do Município, também é casada com Osvaldo Venâncio Filho, ex-vereador (1989 – 1993), que já foi prefeito (1997 – 2000, 2001 – 2004), deputado estadual (2010) e vice-prefeito (1993 – 1996)<sup>3</sup>.

Aos 19 anos de idade, Euda Fabiana assumiu a Diretoria da Câmara de Cuité – PB entre os anos de 1989 à 1992. Foi também Secretária de Administração do Município entre 1993 à 1996, além disso assumiu a Chefia de Gabinete e de Infra Estrutura. Foi Primeira

---

<sup>2</sup> O Município de Cuité está localizado no Curimataú do estado paraibano, distante 219 km da capital do Estado, João Pessoa. Sua população segundo o último censo do IBGE (2021) está estimada em 20.331.

<sup>3</sup> Informações coletadas através de entrevista aberta no ano de 2015.

Dama entre 1997 e 2004, e assumiu a Assessoria de Comunicação entre 2005 e 2008 também da Cidade<sup>4</sup>.

Gentil Venâncio Palmeira foi vereador de Cuité e como não podia mais se candidatar sugeriu que a filha, Euda Fabiana, se candidatasse para ocupar a vaga que seria dele. Segundo Euda Fabiana estava em seu projeto de vida ser política, pois admirava a gestão pública, o fazer política, bem como a figura do pai.

Euda Fabiana casou-se em 1995 com o vice-prefeito na época, Oswaldo Venâncio dos Santos Filho. Quando ainda era estudante em Campina Grande – PB, Euda Fabiana foi cogitada pelo próprio pai a candidatar-se pelo PMDB à uma vaga na Câmara Municipal de Cuité. “Eu acho que começou tudo daí. Entrei e comecei a gostar”, disse. O pai da Prefeita foi vereador várias vezes e assumiu duas vezes a prefeitura de Cuité, além de ter sido vice-prefeito do Município. Indagada sobre o por quê de ter “entrado” na política, Euda Fabiana responde que os motivos são uma soma da vontade do pai e depois do marido, além da vontade do povo.

Ednacê Alves Silvestre Henrique, 58, natural de Xique Xique, interior do estado da Bahia, migrou para a Paraíba ainda quando criança. Foi deputada federal de 2019 – 2023, assumiu a prefeitura de Monteiro - PB<sup>5</sup>, sendo eleita em 2008 e reeleita em 2012. Filha de fazendeiro, dono de garimpo de pedras preciosas, Ednacê também seguiu o mesmo caminho. Casada com o ex-deputado federal, João Henrique, que foi eleito quatro vezes deputado, era natural de Monteiro, e além disso também foi oficial reformado da Polícia Militar e atuou como juiz eleitoral na Paraíba. Ednacê Henrique tem uma forte influência no cariri paraibano, especificamente no município de Monteiro, onde construiu um capital cultural que fez com que muitos monteirenses se tornassem seus seguidores, admiradores da sua gestão, além da amizade que construiu na Cidade<sup>6</sup>.

Além disso, Ednacê Henrique é graduada em Direito (Bacharelado) e tem formação como Policial Civil, onde atuou durante anos como delegada na Delegacia da Mulher na

---

<sup>4</sup> Informações coletadas através de entrevista aberta no ano de 2015.

<sup>5</sup> A cidade de Monteiro está localizada na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, distante 294 km da capital do Estado. Sua população segundo o último senso do IBGE (2021) está estimada em aproximadamente 31 mil habitantes.

<sup>6</sup> Informações obtidas através de entrevista aberta em 2015.

capital paraibana, João Pessoa. É mãe de oito filhos, sendo quatro biológicos. Na primeira campanha eleitoral em 2008 tinha 50 anos de idade<sup>7</sup>.

Pollyana Yasnaia Werton Feitosa, 45, natural de Natal – RN, formada em medicina veterinária. Foi casada com o ex-prefeito da cidade de Pombal – PB<sup>8</sup>, Jairo Vieira Feitosa, que morreu em 2007 vítima de um acidente automobilístico. Na eleição seguinte, em 2008, no mesmo município (Pombal), Pollyanna Yasnaia se candidatou e foi eleita prefeita da Cidade, sendo reeleita em 2012 pelo mesmo Partido, o Partido dos Trabalhadores. No ano de 2018 foi eleita Deputada Estadual pelo PSB<sup>9</sup>.

Além disso, foi Secretária de Saúde de Pombal – PB na gestão do ex esposo. Desde sua primeira candidatura, o engajamento na política tornou-se um caminho sem volta, tendo em vista as vitórias nas campanhas eleitorais e os laços políticos que vêm conquistando e a persistência de continuar na política partidária até os dias atuais.

Rosângela de Fátima Leite, 61, foi eleita em 2012 na cidade de Desterro – PB<sup>10</sup>, mas ocupou o cargo de vice-prefeita nas duas gestões anteriores. Formada em Pedagogia e Economia, é casada, tem três filhos e é natural do Município. A família Leite no interior da Paraíba também tem uma forte linhagem política, especificamente no Município de Desterro<sup>11</sup>.

A atuação política da família Leite, em Desterro, começou quando alguns membros da família chegaram à região da Serra do Teixeira já no final do século XVIII. O Sr. Pedro Leite Ferreira, Pedro Leite Ferreira Filho e seu filho, Quintino Leite Ferreira, instalaram-se no Sítio Barra do Vieira. Assim como em Desterro, em Teixeira, também participaram da vida política dois tios-avôs de João Leite de Almeida, que foram líderes políticos: Quintino Leite Ferreira de Albuquerque e Sancho Leite (SILVA, 2020, p. 98).

---

<sup>7</sup> Informações coletadas através de entrevista aberta em 2015.

<sup>8</sup> O município de Pombal está localizado no Sertão paraibano, distante 378 Km da capital do estado da Paraíba. A população está estimada em aproximadamente 33 mil habitantes.

<sup>9</sup> Informações tidas através de entrevista aberta, realizada com a Prefeita em 2015.

<sup>10</sup> Desterro – PB está situada na microregião paraibana, na região onde fica a Serra do Teixeira, sua população está estimada em oito mil habitantes segundo o IBGE (2021). O Município está há 280 km de distância da capital do Estado, João Pessoa.

<sup>11</sup> Informações coletadas através de entrevista aberta, realizada com a Prefeita em 2015.

A família Leite ocupou vários cargos na gestão municipal durante décadas. Com uma herança política que vem de gerações, Rosângela Leite venceu a eleição municipal, mas nas seguintes não conseguiu se reeleger, apesar de ter nome de família. A ex-prefeita tem uma grande influência na região onde atua como uma pessoa de sobrenome da família Leite.

Como afirma Ricardo Costa Oliveira (2016, p. 14) “As estratégias familiares e de classe passam em boa parte pelas ações sociais e políticas das mulheres das grandes famílias, em suas próprias políticas e estratégias, sejam elas muito antigas ou relativamente recentes”. Neste sentido, a prática do nepotismo tem nas mulheres a cumplicidade, em que a presença delas é crucial nestas redes de relações da prática política local.

A cultura do nepotismo tem a participação das mulheres, mesmo que de forma mais implícita através do matrimônio, cuja reprodução das famílias contribui para o tecido histórico das famílias locais. Conforme defende Oliveira (2016, p. 14):

Boa parte da cultura do nepotismo também passa pela ativa participação feminina e materna nas suas formas históricas e políticas de elaboração e reprodução. Mulheres de tradicionais famílias políticas e seus casamentos podem ter um papel decisivo, na performance de vários emergentes, em sua ascensão social e política.

As famílias do circuito oligárquico paraibano têm melhores acessos a empregos, profissões, cargos públicos, matrimônios entre famílias de nomes tradicionais, o que fortalece cada vez mais os laços de amizade e a estrutura política, não apenas no interior, nas pequenas cidades, mas em todo o estado paraibano.

### **Experiências e narrativas de prefeitas paraibanas**

As mulheres cumprem um papel muito importante na reprodução da família. As constituições dos papéis atribuídos à homens e mulheres no cenário da política partidária, colocam as mulheres no cenário dos sentimentos e das emoções. Neste sentido, é pertinente observar a partir das palavras das próprias prefeitas a exemplo “na política cheguei e casei” como uma confirmação de laços familiares, de alianças de poder familiar sendo organizados dentro da política partidária. Embora a prefeita afirme, por exemplo, que o marido não teve influência na sua campanha eleitoral, confirma ao mesmo tempo a ideia de que muitas mulheres ainda dependem de seus companheiros para participarem da política partidária: “a



mulher na política, a maioria, não tem experiência, a maioria a experiência é do marido”, afirmou.

O papel social e político das mulheres nas relações e conexões sociais entre os emergentes e as velhas estruturas de poder são dimensões centrais. As mulheres representam formas tradicionais de sociabilidades e de pertencimentos às antigas redes sociais e políticas (OLIVEIRA, 2016, p. 17).

Em cidades interioranas da Paraíba, o nepotismo é uma prática comum, cuja relação social está baseada no chamado clientelismo moderno. O atraso econômico dessas cidades contribui para tal patronato. Neste contexto, as prefeitas exercem um papel importante na projeção delas mesmas, mas também no nome da família a que pertencem, seja carregando o sobrenome do esposo, do pai, de um irmão ou de um tio. Como podemos observar:

Minha família é tradicionalmente política. Meu pai já foi prefeito, o irmão do meu pai já foi prefeito duas vezes, meu tio foi prefeito quatro vezes, meu irmão é vereador no sexto mandato, vai para o sétimo. Nós somos tradicionalmente políticos. [Prefeita Rosângela Leite]

A fala “minha família é tradicionalmente política” nos mostra a herança como uma transferência de um determinado capital simbólico. Como muitos membros da família já foram políticos seria “normal” que ela (a prefeita eleita) também fosse. Tal legado acontece de uma forma complexa, pois envolve interesses de família e de partidos, assim como a influência política e a performance de quem vai disputar o cargo de acordo com a necessidade do contexto social e político local.

A influência nesse contexto pode ser vista como transferência de créditos, na medida em que o desejo do mandante opera a partir da tentativa de persuasão. Nesse caso, pode-se falar de prestígio ou capacidade de instituir uma herança simbólica baseada na confiança (BARREIRA, 2008, p. 119).

As palavras, ainda da prefeita, são significativas quando diz que:

**Meu irmão é um incentivador, meu marido também.** (...) Essa preocupação (do povo) é uma preocupação nossa (minha e do meu irmão) por que nós fomos quase trinta anos oposição aos meus dois tios, então nós tínhamos já essa ideia de um dia chegar onde nós estamos, sendo que fosse ele (o irmão), **mas surgiu o meu nome** e sem problema nenhum ele foi um dos incentivadores e hoje eu estou aqui (eleita prefeita). [Prefeita Rosângela Leite, grifo nosso].



A fala acima deixa implícito que o nome da prefeita foi escolhido para o jogo político partidário da cidade, a prefeita não nega que pretende voltar a exercer a profissão (professora) que exercia antes de “entrar” na política, e “passar” o cargo para o seu irmão que a incentivou e é o vice-prefeito dela. Mas até os dias mais recentes, a ex prefeita continua nas disputas eleitorais do seu município.

A realidade que cerca a vida pública das prefeitas está calcada em estruturas de jogos de parentesco, que contribuem para uma realidade social e política também para elas. Este fenômeno de “inserir” a mulher na política através do interesse familiar é um modo de controlar a liderança do poder executivo municipal, numa tentativa de perpetuar o controle de gestão pública.

As mulheres que participam da política no executivo municipal não rompem com as velhas estruturas patriarcais, mas os reforçam com o papel que passam a assumir na gestão pública. As possibilidades que aparecem para estas mulheres são mínimas, o que as impedem muitas vezes de ter uma gestão com autonomia que atenda realmente às necessidades da população local.

Diante do quadro político que encontramos é possível compreender que a maior parte das prefeitas paraibanas foi eleita através de laços políticos familiares, ou seja, do jogo político que envolve a sucessão de poder dos parentes. Poucas são as mulheres que se inseriram na política formal através de movimentos sociais, por exemplo. Sabemos que os homens, da mesma forma como as mulheres, também têm uma grande inserção na política através da família. Mas o que chama atenção é o fato de que as mulheres quando comparadas aos homens tem menores acessos para a política formal e sofrem uma série de empecilhos para chegarem aos âmbitos de poder. E quando chegam no poder, a “facilidade”, muitas vezes, é pela via do parentesco, tais como o uso do “nome forte da família”, a sucessão do pai ou do esposo que não podia mais se candidatar. Assim, sob este aspecto, o núcleo familiar continua sendo muito importante na cultura política local, pois

a família continua constituindo o núcleo básico da nossa cultura. (...) As emoções, as atitudes e as crenças enraizadas na família explicam a coerência do nosso sistema cultural, constituem um verdadeiro elemento social. Parece, pois, necessário que a sociedade as mantenham vivas, por que disso depende a vida e morte da civilização na sua forma atual (HORKHEIMER, 1994, p. 179 *apud* COSTA, 1998, p. 155).

Neste sentido, a família é vista como um elemento fundamental para fazer permanecer determinados rituais políticos, inclusive o uso do sobrenome como um forte símbolo nas disputas eleitorais.

No Nordeste, pelo menos, entre as classes dominantes (...) a família moderna guarda fortes características da família patriarcal dominante durante os períodos colonial e imperial, não só quanto à sua organização mas também no que se refere à manutenção de uma estrutura de poder baseada no domínio quase absoluto do pai. Essa família, organizada com base no grupo doméstico, incorporando a seu núcleo central, membros originários de outras relações sociais que não são estabelecidas pelos laços de consanguinidade, tem por objetivo, além da função socializadora, o controle político da sociedade (COSTA, 1998, p. 157).

No Nordeste brasileiro, e também na Paraíba, a família tem um papel relevante na concretização do poder político tradicional, sendo esta uma das características de fazer política principalmente nas cidades do interior. A transmissão da “herança política” é uma afirmação da permanência de grupos oligárquicos ou continuísmo daqueles que estão no poder político. Como afirma Irllys Barreira (2008, p. 100) é o fato de fazer um sucessor a fim de garantir a longevidade da herança política familiar, considerado “uma espécie de ação patrimonial”.

Considerando a herança como o processo de transmissão de um patrimônio de uma geração à outra, ou de uma pessoa a outra, não necessariamente em virtude de morte do proprietário e nem apenas composta de bens materiais, as práticas de transmissão de herança podem dizer muito a respeito da cultura e da forma como o poder é distribuído na sociedade (RABAY, 2012, p. 64).

Neste caso, o que estaria em jogo não seria uma herança material, mas uma herança símbolo, o capital simbólico do poder político local. Bourdieu (2011, p. 187) afirma: “capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles reconhecem”. As prefeitas da Paraíba revelam que aceitaram a candidatura ao cargo municipal por influência e decisão de seus parentes políticos.

Assim, podemos observar na narrativa de uma prefeita:

Não estava dentro do meu projeto de vida tornar-se política. Eu gosto muito da política, me identifico muito com a política, mas gosto muito de fazer política para os outros que não sabe. Mas ser política eu nunca tive a pretensão em ser. Nunca ter sido a representatividade da política não. [Prefeita Rosângela Leite]

De qualquer modo, tal herança não deixa de ser uma conquista para as mulheres: primeiro por que tais mulheres conquistaram o capital simbólico para poder gerir a prefeitura da cidade; depois porque no Brasil, do século XX, os herdeiros políticos eram apenas os filhos, os homens é quem herdavam este patrimônio familiar. Sendo assim, a mulher ao chegar ao poder político partidário é também uma conquista.

A relação com o próprio pai político, por exemplo, faz as mulheres se aproximarem da herança familiar. Uma das prefeitas ao afirmar que “começou a gostar da política por que via seu pai atuando” mostra o mecanismo de continuidade com o político e a partir do momento que o pai a convida para ser candidata “em sua vaga”, ela passa a ser herdeira da política da família.

Os homens e mulheres das famílias tradicionais ocupam determinadas posições e são responsáveis pela construção e ocupação de certos espaços de poder. Esse capital histórico está relacionado àquilo que Bourdieu denomina de *habitus*:

Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

O *habitus* nos permite entender as práticas culturais, as práticas institucionais, que se revelam nas ações dos agentes, neste caso das prefeitas e daqueles que fazem parte do seu circuito social, econômico, político e cultural.

Em cidades interioranas da Paraíba, onde existe um número maior de prefeitas quando comparado às cidades maiores ou até mesmo à capital do Estado, a sinalização de um *status* de prestígio político – econômico designa a posição social do herdeiro da linhagem política. Aquele que foi designado para continuar o poder familiar é “símbolo da perpetuação da linhagem, coloca aquele que o recebe em herança como depositário do projeto familiar” (OFFROY, 2004, p. 123 *apud* RABAY, 2010, p. 73).

Porém, muitas vezes acontece que a herança familiar é subvertida, pois pode ocorrer concorrências dentro da própria família. Como é o caso de uma prefeita eleita, da região do sertão paraibano, que ao entrar em atrito com o próprio tio, que foi prefeito da cidade por vários mandatos, lançou candidatura própria declaradamente contra ele.

O projeto familiar revelado na transmissão do prenome tende a perpetuar a reprodução do próprio grupo, o que não significa que o destinatário atenda passivamente aos apelos parentais ou que eles não sejam subvertidos por outros componentes do grupo. Pois, a herança provinda da família de origem pode significar concorrência dentro do núcleo familiar nas disputas por cargos eletivos (RABAY, 2010, p. 73).

As prefeitas entrevistadas mostram que acumulou um capital político familiar. Todas elas se candidataram levando o nome forte de políticos influentes da região onde venceram. O grau de parentesco delas com os políticos da região local e que dominaram os municípios durante décadas são: filha, esposa, viúva, irmã, sobrinha.

É importante destacar que o fato das mulheres se inserirem na política e muitas vezes serem herdeiras do capital familiar, demonstra as transformações ocorridas não apenas na política e na sociedade, mas também dentro do próprio âmbito familiar, em que muitas vezes estas mulheres têm irmãos e, no entanto, são as escolhidas para herdar a política por motivos específicos de cada interesse de grupo político, família e região.

É comum o esposo, o pai ou os filhos políticos, indicarem uma mulher da família para a sucessão na política como forma de estratégia para manutenção do poder ou continuação da oligarquia local, é o parentesco nas relações sociais de poder político influenciando nas indicações eleitorais. Diante das falas das prefeitas, percebe-se que todas vieram da herança familiar, e na realidade é muito mais difícil para uma mulher construir sua trajetória política sem ter como âncora os parentes políticos.

Lúcia Avelar (2001) diz que no Brasil a história da inserção feminina na política formal advém dentre outros fatores do poder oligárquico, em que as mulheres “entrariam” na política partidária para substituir os homens da família. Não temos a intenção de generalizar a afirmativa de que as mulheres entrevistadas se inseriram na política devido aos familiares tão somente. Mas, a partir das análises das falas das prefeitas é possível afirmar que esta relação ainda é muito presente na vida política destas prefeitas, e que, portanto, é um peso ainda muito forte para a entrada delas neste âmbito do poder. Quanto à sua permanência na política, talvez não dependesse tanto dos parentes, pois uma vez adquirindo experiência e confiança no grupo político e na sociedade, saberiam conduzir seus próprios discursos e suas ações. Não seriam mais as mesmas mulheres, uma vez experimentando a prática política formal mudariam suas percepções e ações, tanto em relação à condição de “ser mulher” como de “mulher política”.

Glória Rabay e Maria Eulina (2010, p. 35) observam que na Paraíba muitas candidaturas de mulheres estão relacionadas aos laços de parentesco:

Com raras exceções, a maioria das mulheres (que ocuparam cargos eletivos no Estado) está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmã ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a benfeitora, a professorinha, a boa esposa, entre outros, indicando que uma retórica, uma manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.

Corroborando com as ideias defendidas por Avelar (1987 *apud* RABAY; CARVALHO, 2010, p. 36): “Poderíamos afirmar que a poderosa família política resolve todos os impedimentos estruturais e individuais, uma vez que libera, convida, inicia e apoia a mulher na vida pública e na política partidária”. É como se, em grande parte, a família da mulher que se insere no universo político tivesse um capital simbólico que projetasse a imagem desta mulher com maior facilidade. Esta mulher não teria tanta preocupação com as atividades domésticas, é mais aceita nos partidos, e muitas vezes a sua missão é dar continuidade à política familiar.

Uma pesquisa realizada na Bahia por Ana Alice Costa (1998) sublinhou a inserção das mulheres na política também pela via do parentesco. Ana Alice estudou o caso das mulheres políticas na Bahia entre 1982 à 1992, e destacou que das 127 vereadoras eleitas 120 tinham parentes na política, e 50 delas tinham diretamente um pai, um irmão ou esposo político. (ALICE, 1998 *apud* RABAY; CARVALHO, 2010).

A inserção das mulheres na política pela via do parentesco seria uma subordinação a mais, cuja conduta das mulheres políticas estaria dependente de quem as “colocou” no poder. A autora afirma que seria a ausência do “homem apto” para concorrer às eleições que faz com que a mulher seja convocada em lugar dele, ficando o mérito feminino ausente. (ALICE, 1998 *apud* RABAY; CARVALHO, 2010).

No entanto, vale salientar que ao “entrarem” na política, mesmo com a força de grupos de poder locais, de parentes políticos, estas mulheres estariam construindo novas identidades culturais. Um novo ser na prática política estaria emergindo do campo de poder. Neste caso, o campo político está passando por lentas mudanças, mas na essência a sua prática política está preocupada com a força dos grupos políticos e o fortalecimento desta corporação (ALICE, 1998 *apud* RABAY; CARVALHO, 2010).

Neste contexto, é importante também ressaltar que há outras vias de acesso da mulher à esfera da política partidária e a cargos na referida esfera. Os movimentos sociais ou o capital político adquirido pelo reconhecimento social unido à visibilidade social são vias que também ajudam a mulher a ter projeção no universo da política.

As mulheres que se inseriram na política, através dos movimentos sociais e não pelos laços familiares, têm na relação social com a comunidade, traduzida em admiração, confiança, popularidade, carisma, simpatia, competência, o seu maior trunfo. Tais atributos constituem o capital político das mulheres, e vale salientar que são poucas aquelas que conseguem romper com a cultura tradicional e desempenhar um cargo público independente (RABAY; CARVALHO, 2010).

A via da própria militância política requer, portanto, a liberação dos obstáculos inerentes ao papel tradicional, tanto no âmbito privado (a liberação dos encargos domésticos e familiares), quanto no âmbito público (o enfrentamento, neutralização ou reversão de preconceitos sexistas). Em suma, requer um fato extraordinário e heróico: que o poder pessoal se sobreponha ao poder patriarcal para que uma mulher ganhe (em verdade, construa) um capital político (os votos e os diversos apoios), a fim de investir e conquistar espaço em um partido, bem como indicações, representações, mandatos e cargos políticos. Isso sem considerar a questão do poder econômico fortemente patriarcal, que ao financiar as campanhas, restringe as possibilidades de independência de qualquer candidato (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 39).

Não se pode negar que a presença da mulher na política rompeu *tabus* e convocou novas estruturas sociais familiares, públicas, institucionais, individuais. As condições financeiras desfavoráveis, o exercício da maternidade, são fatores que também impedem as mulheres de exercerem cargos públicos. Por outro lado, também não se pode negar que a participação das mulheres na política partidária tem como fator facilitador a herança familiar, em que muitas encontram uma maior facilidade de engajamento no poder político local. Além disso, “o protagonismo das mulheres e suas redes sociais e políticas também podem ser analisados ao lado do protagonismo dos homens” (OLIVEIRA, 2016, p. 16). Estes homens tecem sociabilidades no campo da política partidária, pois como a dominação é uma questão de classe as mulheres precisariam estar nesta teia de significados, significando as relações sociais através do casamento, da família, da reprodução.

### Considerações finais

Apesar das barreiras enfrentadas pelas mulheres, quando desejam participar da política, a presença do feminino no poder significa transformações simbólicas no mundo da política (RABAY; CARVALHO, 2010). Mas não se pode negar o poder de família para que as mesmas cheguem à política partidária, com algumas exceções. Neste caso, as narrativas das prefeitas entrevistadas revelam a reprodução de um certo tradicionalismo na política, uma forte relação de parentesco.

Assim, o estudo sobre a herança do nome de família no interior da Paraíba ainda tem muito que nos revelar, pois a dominação secular das famílias que comandaram durante muito tempo o poder nas diversas regiões interioranas é fonte de muitas reflexões e descobertas ainda a serem realizadas. A trajetória política das prefeitas paraibanas reafirma modelos estabelecidos culturalmente.

### Referências

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1989.

AVELAR, Lúcia. **As mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, V. 5, n.2, p. 1-20, fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 05 jan. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



MONTEIRO, José Marciano. **A Política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArs, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. 1. ed. Curitiba: RM Editores, 2016.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB, 2010.

SILVA, Deis Maria Lima Cunha. **Poder local e capital político familiar**: estratégia de poder, familismo e clientelismo da família Leite no serão paraibano – Desterro – PB (1977 – 1989). Dissertação. 170 f. (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

*Recebido em:* 15/08/2022.

*Aceito em:* 30/11/2022.